

# **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA DÁDIVA E RECIPROCIDADE: NUANCES PEDAGÓGICAS NO CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BA**

Glauco Anderson Arizi Pereira<sup>1</sup>  
Débora Araújo Leal<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O estudo ora apresentado é fruto da Dissertação de Mestrado em Educação e tem como objetivo analisar a proposta pedagógica do Centro de Atenção Integral a Criança e o Adolescente (CAIC) e suas implicações no processo de inclusão escolar, como também nas relações de ensino aprendizagem dos discentes. Metodologicamente ancorado na pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho Etnográfico, parte-se do seguinte questionamento: O problema central é: Qual é a proposta pedagógica do Centro de Atenção Integral á Criança e ao Adolescente (CAIC) e suas implicações no processo de inclusão escolar dos discentes? Buscou-se relacionar diretamente a pulverização da Dádiva e Inclusão escolar como bem simbólico que deve transitar, em tese, em toda a sociedade e suas aplicabilidades na construção de um tecido social mais compacto\ rígido. No transcorrer da pesquisa, as reflexões sobre os pressupostos da Dádiva e seus atributos ligados à esfera da educação como um viés importante para se combater o utilitarismo, promovendo laços e os vínculos sociais, revelou uma nova rota em direção a um novo momento da História criando meios e formas mais responsáveis para potencializar ao máximo a Civilidade, Inclusão, Igualdade, Democracia e por fim a Dignidade da pessoa humana no que tange o cerceamento de sua liberdade.

**Palavras-chaves:** Proposta Pedagógica, Dádiva, Educação Inclusiva, Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA - PY; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Americana- PY; Pós Graduado em Gestão Escolar Com Ênfase em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias; Pós Graduado em Metodologia de Ensino e Pesquisa e Extensão e Em Educação pela Universidade do Estado da Bahia e. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Salvador; Atualmente sou Professor da Prefeitura Municipal de Dias Dávila. Tem experiência na área de Sociologia. glauco.anderson@hotmail.com;

<sup>2</sup> Pós Doutora em Docência e Pesquisa Universitária pelo IUNIR - Instituto Universitário Italiano de Rosário - AR; Doutora em Educação pela - UNINTER; Doutora em Relações Interculturais pela UAB-PT; Mestre em Educação pela - FUNIBER, Mestre em Ciências Sociais da Religião pela Faculdade Teológica e Cultural da Bahia - FATECBA, Pós Graduada em Educação Especial pela-UEFS, Pós Graduada em Psicopedagogia pela-ESAB, Pós Graduada em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela-UFBA, Pós Graduada em Neuropsicopedagogia Clínica pela Faculdade Dom Alberto – RS, Graduada em Pedagogia pela-UEFS, Graduada em Serviço Social pela - UNIDERP ANHANGUERA, Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Sá. Atualmente sou Coordenadora Pedagógica do Município de Feira de Santana-BA e Professora do Instituto de Educação Social e Tecnológico da Bahia. delleal8@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

No que diz respeito à Educação Inclusiva, acredita-se que um ambiente escolar estimulador, livre de segregação, não reforçadora das limitações dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais e ricos de desafios, estimula o desenvolvimento de aprendizagem e aquisição de novas habilidades nestes alunos. Desta forma, o ambiente escolar como espaço de inclusão social e institucional é fundamental para o desenvolvimento desses sujeitos que ainda são vistos de forma preconceituosa pelas pessoas que a cerca e pela sociedade em geral.

Entende-se, no entanto, que ninguém nasce preconceituoso, o preconceito surge justamente da necessidade de qualificar as coisas e os indivíduos dentro do que é socialmente aceito e considerado normal. Nesta perspectiva, o estudo ora apresentado tem por finalidade contribuir com o debate acerca da Educação Inclusiva no Brasil, pois, percebe-se a necessidade da total universalização do ensino básico, isto é, a garantia de acesso, permanência e sucesso de todos na escola. Muito ainda tem que ser feito para se alcançar tal propósito, principalmente no que diz respeito à acessibilidade que demanda por aprimoramentos, não só na infraestrutura física da escola, mas nos recursos didáticos, pedagógicos e humanos.

Defende-se a ideia que a escola pública brasileira precisa focar na educação especial como marco zero para o desenvolvimento de sistemas que possam equacionar as contradições existentes, não só em relação ao seu acesso como também da qualidade duvidosa da educação disponibilizada no país. As práticas e abordagens pedagógicas dispensadas pela escola, em particular pelos professores, no que diz respeito aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais quase sempre não conseguem atingir os seus objetivos, isto é, proporcionar a estes estudantes que se desenvolva social e intelectualmente.

Assim sendo, este estudo está situado no campo da Educação Inclusiva e versa sobre abordagens pedagógicas inclusivas na perspectiva da Dádiva. Buscar responder o seguinte questionamento: O problema central é: Qual é a proposta pedagógica do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) e suas implicações no processo de inclusão escolar dos discentes? O Ministério da Educação e Cultura (MEC), órgão nacional que estabelece e sistematiza o sistema educacional brasileiro, nos últimos anos, tem se preocupado com a inclusão escolar de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos que por algum motivo se encontram fora do sistema formal de ensino, por meio de leis, práticas pedagógicas

e políticas públicas voltadas especificamente para uma queda acentuada da exclusão escolar de toda e qualquer natureza. Pauta, inclusivamente, que a matrícula escolar ocorra durante o transcorrer de todo o ano letivo, possibilitando o acesso de todos que deseja adentrar na escola e oportunizando meios para as aprendizagens que possibilite aos estudantes vislumbrar novos horizontes.

Nesta perspectiva, acredita-se que o estudo e agregação dos princípios da Dádiva podem contribuir na construção de uma escola realmente inclusiva. Nota-se também que a mesma pode ser um elo que corrobora para a real noção dos discentes e docentes da Educação Inclusiva acerca do que é ser participante atuante, firmando-lhes sob a égide do pertencimento, de toda a estrutura escolar que está ao seu redor, bem como reconhecer a relevância dos papéis sociais e do staff que cada um ocupa, de modo que, diante das discrepâncias, se permite que se efetivem relações horizontais estabelecendo trocas recíprocas cotidianamente.

Assim, entende-se a Dávida, na perspectiva da Educação Inclusiva, como um elo gerenciador, presente na esfera da cooperação, que visa o interesse da coletividade, que se estabelece de forma presente, mas não instantânea, e que abre mão da ótica individualista. Regulando, desta forma, o estreitamento dos laços sociais, uma vez que a sua lógica baseada no equilíbrio social oportuniza aos seus participantes compactuar com as experiências fundamentadas na cooperação.

Portanto, desenvolver a Educação Inclusiva na perspectiva da Dávida terá grandes contribuições para uma escola realmente inclusiva. Todavia, sabe-se e parte-se do entendimento que se faz necessário que a escola ponha em prática abordagens pedagógicas realmente inclusivas. Para tanto, o currículo e a prática pedagógica do professor precisam estar fortalecidos, caso contrário, tais abordagens não se efetivam de fato no cotidiano da sala de aula.

## **METODOLOGIA**

Este estudo ancora-se, metodologicamente, em uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, por se tratar de um ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal agente. Pois, como argumentam Lüdke e André (1986), a abordagem qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, mediante o contato direto do pesquisador com a realidade estudada; tem um plano aberto e flexível e se preocupa

em retratar a perspectiva dos participantes; o pesquisador está atento para o maior número possível de elementos que fazem parte da situação estudada.

Dada à particularidade do tema: Inclusão Escolar: Análise da proposta pedagógica inclusiva no Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente do Município de Camaçari no Ano 2015, optou-se pela pesquisa de cunho etnográfico, porque se compreende que a Etnografia leva em consideração os aspectos qualitativos, tendo como objetivos elementares à compreensão e a significação subjetiva da ação Social, que traz algumas contribuições importantes no diagnóstico das mazelas sociais, provocadas pela exclusão social, e como uma possibilidade de reverter o quadro decadente em uma realidade mais democrática possível.

Também por se constituir como uma abordagem de investigação científica que contribui de maneira decisiva no campo das pesquisas qualitativas trazendo a tona questões pertinentes ao estudo das desigualdades sociais e exclusões sociais: inicialmente, por se preocupar com a dialética da cultura que se estabelece como um sistema significados mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana; Secundariamente, por introduzir os atores sociais como um elemento indispensável tanto na participação ativa quanto na dinâmica do processo modificador das estruturas sociais.

No método Etnográfico o “objeto” de pesquisa é visto agora como “sujeito”. É considerado como “agência humana” imprescindível no ato de “fazer sentido” das contradições sociais; e concluindo, por revelar interações e ou relações no seio das organizações que são implicitamente “normais”, mas, explicitamente são condenáveis (MEHAN, 1992; ERICKSON, 1986).

A população e amostra do estudo é constituída de um total de 15 profissionais: 2 coordenadores pedagógicos, 2 gestores, sendo um Diretor e um Vice Diretor e 11 professores, destes 3 estão afastados por ordem médica e 8 atuam lecionando. Assim, para a efetivação da coleta de dados foram utilizados alguns instrumentos indispensáveis como: O questionário direcionado aos docentes, a entrevista aos gestores e aos coordenadores pedagógicos, observação sistemática, análise documental do PPP. Os dados pulsados dessa realidade serão classificados inicialmente em dados primários e secundários.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA DÁDIVA**

A pós-modernidade, caracterizada essencialmente como técnico-científico-informacional, apresenta-se como um momento de crise sistêmica e sistematizada sem

precedentes como nunca aconteceu na história da humanidade. Esse fato ocorre praticamente em todas as esferas que o homem transita, seja nas esferas sociais, políticas e econômicas onde concomitantemente o consumismo, o utilitarismo e o desenvolvimento tecnológico demarcam os traços do caráter de uma sociedade onde as transformações acontecem quase que instantaneamente em uma velocidade extraordinária.

Assim, levar em consideração aspectos relevantes dos traços firmados pela Dádiva para ler essa realidade é um rompimento de paradigma, sob um novo olhar em uma perspectiva totalmente diferenciada na interpretação dos fatos. Ou seja, trazer à tona a teoria da Dádiva como sistema de “troca” é imprescindível, já que, a mesma se encontra na essência do social, retratando a sua verdadeira natureza, sendo importante inclusive na sobrevivência do homem em sociedade desde os primórdios até o surgimento das diversas sociedades ao longo da evolução da humanidade. (DURKHEIM, 2007)

Luis Vaz de Camões (1524-1580), em seu poema intitulado “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, corrobora com a afirmação Durkheim da seguinte forma: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança; Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades” (CAMÕES, 1994, p. 162). Palavras contidas de sentimento, sabedoria e de uma sensibilidade extraordinária que remete a vanguarda diante dessa leitura de mundo e dos fatos sociais no século XVI, são atualíssimos, já que a velocidade das mudanças ocorre sob a ótica de três elementos: à vontade, o ser e a confiança descrevendo o caráter da transitoriedade e das incertezas permeadas no tempo.

A tríade defendida por Mauss (2003) do “dar”, do “receber” e do “retribuir” passa por esse crivo, contudo o que se nota é a extrema necessidade do uso dessa tríade sob a lente da Dádiva. Diante dessa premissa, faz-se necessário vislumbrar e/ou resgatar noções de proximidade e respeito e amor ao próximo como um efeito em cadeia, “contagiando” a todos com esse tipo de sentimento, assim inclinando naturalmente para um pacto social nesses parâmetros.

Introdutoriamente, Mauss (2003) faz uma anatomia do sistema de “troca” e seus pormenores descrevendo as suas principais particularidades que vão a uma direção totalmente oposta a das sociedades ocidentais, pois, em sua opinião, “(...) o mercado é um fenômeno humano que, a nosso ver, não é alheio a nenhuma sociedade conhecida -, mas cujo regime de troca é diferente do nosso” (MAUSS, 2003, p.188).

Mauss encontra nas sociedades antigas ou primitivas um elemento fundamental denominado de “prestações totais”, esse fenômeno se efetiva quando as pessoas pertencentes

ou não ao um mesmo grupo efetuam trocas entre si, estimulando um sistema econômico diferenciado que se baseia na reciprocidade, onde o prestígio é determinado pela doação, quanto mais se doa mais nobre é a sua ação, desencadeando ainda mais a ampliação da sua honra.

Muito característico para esse perfil de relacionamento era a "dádiva-troca" como ele conceituava, tinha um caráter totalmente diferenciado da lógica empregada pela troca mercantilizada, no instante em que troca efetuada está agregada a uma moral substanciada e atribuída a um componente de valor moral e ético, o que fica evidenciado é a elevação para um novo patamar, demonstrado pela sentença "moral da dádiva-troca" (MAUSS, 2003, p. 299). Segundo o referido autor:

O sistema que propomos chamar o sistema de prestações totais, de clã a clã - aquele no qual os indivíduos e grupos trocam tudo entre si - constitui o mais antigo sistema de economia e de direito que se pode constatar e conceber. Ele forma o fundo sobre o qual se destacou a moral da dádiva-troca (MAUSS, 2003, p. 299).

Para o autor supracitado, nessas relações que se estabelecem há "misturas entre almas e coisas", o que se pode chamar de uma aliança entre a riqueza do bem material e a riqueza estabelecida pela natureza ou lógica espiritual, assim descritas por Mauss: "Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem "respeitos" – pode-se dizer igualmente, "cortusias". Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se "devem" - elas e seus bens - aos outros" (MAUSS, 2003, p. 263). Evidenciando, desta forma, que "trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas" (MAUSS, 2003, p. 212). Essa dinâmica própria propicia certa "admiração", onde na verdade é o laço social que se estende, tanto da parte de quem dá, quanto da parte de quem recebe, promovendo retribuições espontâneas que irão contagiar a todos.

A reciprocidade é central para uma redistribuição em larga escala de princípios de integração e homogeneidade e de aprimoramento estabilizando as relações da solidariedade inflando a assistência mútua e o equilíbrio social. A divisão do trabalho dissemina coletivamente obrigações de generosidade e cooperação singular com princípios de oportunidades para todos.

A relação de reciprocidade se encontra em todas as esferas no que toca o homem como "fenômeno", em algumas dessas, alguns setores podem estar comprometidos principalmente se a reciprocidade for negativa, ao invés de ser generalizada ou de preferência balanceada. A

reciprocidade negativa é certamente o modelo aplicado pelas classes dominantes, disseminando o familismo amoral de Banfield (1958) que se traduz na "inabilidade dos cidadãos de agir em concerto para a realização do bem comum ou, de fato, para a realização de qualquer objetivo que transcenda o interesse material imediato da família nuclear" (BANFIELD, 1958, p. 9). Gerando anomalias como o individualismo, fugindo totalmente das organizações sociais primitivas com uma violenta fragmentação dos laços sociais.

## **DÁDIVA, DOM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Entende-se que os novos estudos sobre a Educação Inclusiva a Dádiva deve ser um elo entre as abordagens pedagógicas desenvolvidas e os sujeitos envolvidos na ação educativa, levando-se em consideração “os sistemas de trocas” que acontecem no transcorrer da formação dos sujeitos, quanto na organização e na construção do social, expressada nas ações educativas, como estratégias e táticas de apoio social dos educandos e educadores.

Haja vista que o dom / “troca” busca o reconhecimento dos sujeitos e a ampliação de sua participação social em termos coletivos através do laço. Esse princípio permeia as relações sociais também na educação, agregando valores e impactando positivamente na educação dos sujeitos envolvidos com processo educativo.

Todo apoio social é abnegado e revela uma ação social, que vai além da relação apresentável e “aparente” entre duas pessoas, assim a teoria da Dádiva observa esse ato como um sistema de ação social (MAUSS, 1974). Esse comportamento acontece cotidianamente nos estabelecimentos de ensino, oportunizando uma discussão sobre a constituição dos vínculos de confiança nas relações de ensino aprendizagem, e o seu aprofundamento como meio de inclusão social. É nesse sentido que esse constructo se baseia à luz da teoria da Dádiva, que é um instrumento importante que corrobora para ampliar os pontos mais evidentes de vulnerabilidade social instaurada.

Nesse sentido, a conceituação vem elucidar verdadeiramente os limites desse referencial teórico. Como escreve Godbout (1999, p. 30) “qualifica-se de dom toda a prestação de bens ou de serviços efetuada, sem garantia de retribuição, tendo em vista criar, alimentar ou restabelecer os laços sociais entre as pessoas”. Ao retornar a Teoria da Dádiva, citando Mauss (1974), alguns autores como Godbout (1999) Godelier (2000) retomam, no contexto atual, em face dos diversos problemas que se apresentam. Essa perspectiva proporciona a possibilidade de uma inter-relação que acontece entre as frestas, entre a

estrutura do governo (Estado) e a sociedade, sendo inserida nesse contexto a iniciativa privada dentro dessa dinâmica das relações sociais, dialógicas que se efetuam cotidianamente.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto atual, a educação de natureza inclusiva especificamente voltada para a Educação Especial, para pessoas com algum grau de deficiência tem a primazia no atendimento, especializado e gratuito com o objetivo de promover e garantir ao discente uma ação de apoio pedagógico específica e de qualidade com profissionais diferenciados. O PPP nesse processo é estruturante termina se tornando indispensável, para tanto o seu conceito e\ou sua definição é inestimável, quanto na aplicabilidade dos seus objetivos traçados inicialmente pelo Ministério da Educação como:

Um instrumento técnico e político que orienta as atividades da escola, delineando a proposta educacional e a especificação da organização e os recursos a serem disponibilizados para sua implementação. Os princípios e objetivos de ordem filosófica, política e técnica permitem programar a ação educacional, imprimindo-lhe caráter, direção, sentido e integração, articulando-se com as seguintes dimensões da administração escolar: pedagógico-curricular, administrativa financeira, organizacional-operacional, comunitária, sistêmica e de convivência são os fundamentos que orientam a proposta educacional (BRASIL, 2005, p. 114).

Entretanto, há algumas ressalvas a fazer, tanto no acolhimento feito quanto ao atendimento especializado, este não sendo efetuado integralmente durante toda a semana, não dando uma resposta positiva as demandas. Esse problema se reflete na Infraestrutura do CAIC, inclusive na parte do laboratório de informática percebe-se a inexistência de recursos adequados, inclusive de mão de obra especializada que possa adequadamente preparar os discentes para a alfabetização da ciência da Informação, seja bem concebida no ambiente da sala de aula.

A “Espaçoteca” descrita no PPP (2014, p. 35) como um espaço “utilizado como recurso para as abordagens grupais e individuais, considerando a importância do brincar espontâneo para o desenvolvimento social e neuropsicomotor dos usuários”, na verdade é uma sala sem recurso pedagógico algum (livros, brinquedos, aparelhos de som, música, arte entre outros) sem móveis adequados para que a prática pedagógica seja plena em suas ações objetivas.

Em relação a Infraestrutura de modo geral a carência se manifesta tanto pelo não cumprimento somente das leis\ obrigações pela Instância Federal representada pelo MEC

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

quanto pela esfera Municipal representada pela SEDUC. Conforme está posto no PPP (2014, p. 35): A infra-estrutura da Escola Especial consiste em 03 salas para Atendimento Educacional Especializado e 07 salas onde são desenvolvidas as oficinas pedagógicas; porém a escola não disponibiliza dos recursos multifuncionais de auto custo enviado pelo MEC. Os professores produzem os recursos de baixo custo para o atendimento.

Assim é o cenário de sucateamento do aparato Estatal. O desrespeito às leis Federais e as convenções internacionais permanece sendo descrita na página seguinte, sendo expressamente relatada da seguinte forma: Existe uma rampa para acessibilidade, porém os banheiros não são adaptados e não tem faixa de sinalização. \* Pedagógica: jogos de encaixe diversos, recursos didáticos adaptados/sucatas. \* Mobiliários (mesas individuais do aluno, mesa do professor, cadeiras, armários, estantes), necessitando, contudo, de mobiliário específico que atenda particularidades de determinados alunos (PPP, 2014, p. 36).

O desconhecimento da relevância do conteúdo expresso no PPP é notório, de acordo com a abordagem direta que foi feita através do questionário respondido pelos professores, quando lhes foram perguntados se conhecem o design do PPP da escola que você trabalha, a resposta foi de 89% que garantiam o seu conhecimento total e absoluto do referido documento e apenas 11% relatou que não tinha conhecimento. Professora Eva: “Sim, bem estruturado está de acordo com as necessidades vigentes” . Professora Ana: “Sim, conheço PPP da unidade e avalio como simples e de fácil compreensão baseado na realidade da clientela” Professora Sara: “Sim. Um bom projeto” Professora Gemima: “Sim, é um projeto que tem coerência com a necessidade escolar funcional e social.

Como pode-se verificar, os professores participantes da pesquisa se mostram inicialmente com uma postura de conhecedores do PPP. No entanto, a partir do confronto das ambivalências detectou-se pontos notáveis de inviabilidade, de processar uma educação de qualidade por causa de três deficiências: a primeira, no campo administrativo, a segunda, a infraestrutura básica para se realizar um trabalho digno, e que não se tem, e o terceiro, o desconhecimento total da estrutura do PPP que é uma espécie de constituição da escola, isso torna o profissional de educação um alienígena no seu campo de atuação do seu trabalho.

A teoria da Dádiva busca justamente aproximar o máximo possível de elementos que são indispensáveis para se promover uma Democracia socialmente fortalecida fundamentada não só em bases da Infraestrutura e da Superestrutura mais de relações sociais que proliferem na “lógica do pertencer” se atrelando-se a cultura política local. A prática utilitarista se inclina naturalmente para uma cisão brutal entre o sujeito e a cultura, tanto no que trata da produção

quanto na democratização do conhecimento. Como bem retrata Godelier (2000 , p. 219) dentro dessa ótica ocorre:

Outra disjunção se opera entre a instituição e a operação de aprender. A instituição (escolar) era concebida como o produto da educação e ao mesmo tempo o seu agente. Ora, o que é a instituição em nossos dias? Tornou-se mera moldura dentro da qual se exerce a relação professor-aluno. A ideia segundo a qual a instituição possa aparecer como uma ‘pessoa’, possa se representar, possa ter autoridade – que não quer dizer de modo algum que exerce coerção sobre seus membros, mas quer dizer precisamente, que devido à própria representação, os papéis possam se desdobrar e possam se balancear na instituição -, eis algo que não mais ganha sentido.

O que se percebe claramente é a incapacidade dessas estruturas escolares construídas pelo Governo Federal e posteriormente transferidas para serem geridas pelos municípios e nesse caso específico a Prefeitura Municipal de Camaçari tenha a capacidade de incluir socialmente buscando prevalecer a integração e uma coesão social. Compartilha-se do pensamento de Godbout (1998, p.117) que “cuidar dos outros é uma dádiva da autoridade”, deixando claro que a relação do Estado com seus cidadãos deve ser hábil para se evitar desgastes desnecessários nas relações simbólicas existentes entre ambos, já que a exclusão social é fruto da indolência e da apatia gerada pelas relações sociais entre os envolvidos.

Neste contexto, a Filosofia proposta pela Dádiva, nos parâmetros de Mauss (1974, p. 41), revela que “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado (...) quase sempre a forma do presente, do regalo ofertado generosamente”. Do ponto de vista operacional as políticas públicas devem ser voltadas para uma Educação inclusiva pautada em uma lógica produtora de “Endividamentos” entre todos os envolvidos na articulação dos sujeitos no fortalecimento de sua identidade cultural, que permitiria segundo Godbout (1998, p. 44) uma educação que transitasse naturalmente, circulando estabeleceria concomitantemente uma “dádiva entre gerações”.

Concorda-se com Werneck (1997, p. 58) que “incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não”, e somente ressignificando a sua atuação em termos práticos, pode-se romper com uma educação essencialmente alienante, demonstrando que existem saídas para esses impedimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cumprida na resolução dos problemas que dificultam permanentemente o uso mais adequado dos conceitos educacionais que pautam as áreas pedagógicas - escolar, vê-se, na

dimensão do campo da educação especial, um embaraço na aplicação dos conceitos sobre os discentes, o que determina a essência do organismo será um produto das ações sociais que serão desenvolvidas ao longo de sua trajetória de vida e sua interação com o meio.

Assim, a educação voltada para inclusão deve ter uma concepção pautada em ações enfaticamente direcionadas para uma nova realidade. A educação por si só não poderá cobrir esse universo individualmente, somente uma ação conjunta interdisciplinar e inter setorial pode permitir novos avanços e possibilidades com o intuito de agregar de forma mais humana ao todo social que eles estão inseridos.

Nesta perspectiva, reforça-se a defesa de uma abordagem pedagógica inclusiva na perspectiva da Dádiva, pois, compartilha-se do pensamento de Godbout, (1999, p.13) que “falar em dádiva é falar em vínculos sociais, é falar em pactos entre pessoas, é optar pela aliança”. Esses traços marcam uma circulação de riquezas intercambiadas com o intuito de construir ou resgatar contratos entre os envolvidos, nesse fluxo de circulação do simbólico liga o que doa ao que recebe distinguindo as qualidades inerentes dos objetos sem levar em conta a prerrogativa do seu valor agregado. Assim, pensar e fazer educação sob a lógica da Dádiva é pertinente e pulveriza todos os seus atributos socialmente.

As brechas apontadas pelos relatos acima evidenciam problemas praticamente citados de maneira direta ou indireta por todos os docentes (Formação continuada, Política de Inclusão, Valorização Profissional, Valorização Salárial) concordando inequivocadamente que os problemas se avolumam impedindo uma atuação mais digna do poder público, de maneira injustificada, tanto o apequenamento dos servidores públicos e o sucateamento das suas estruturas, quanto pela queda vertiginosa nos investimentos apesar de sua importância. Diante desse cenário que se apresenta, a Prefeitura “administra no limite” numa linha tênue entre “o caos” e o “cumprimento efetivo dos direitos” resguardada pelas leis.

## REFERÊNCIAS

BANFIELD, E. C. **The moral basis of a backward society**. Nova York, The Free Press, 1958.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educar na diversidade**: material de formação docente. Brasília, 2005.

CAMAÇARI. **Lei Orgânica do Município de Camaçari**. Disponível em: <[camacari.ba.gov.br/legislacao/0212110112241.pdf](http://camacari.ba.gov.br/legislacao/0212110112241.pdf)>. Acesso em: 09 de julho de 2019.

CAMÕES, L. V. **Rimas**. Coimbra: Almedina, 1994.

DURKHEIM, E. **As Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais RBCS**, v. 13, n. 38, p. 48, outubro 1998.

\_\_\_\_\_. **O Espírito da Dádiva**. Tradução Patrice Charles F.X. Wullaume. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

GODELIER, M. **O Enigma do Dom**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Vol II. São Paulo. Ed. Pedagógico. P. 49-184. Edusp. 1974.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: W.V.A, 1997.